

## PORTUGAL NA ÁFRICA

Afora a Guiné Portuguesa, as duas grandes províncias portuguesas na África são Angola e Moçambique.

Angola banhada pelo Oceano Atlântico e Moçambique pelo Índico, seus territórios como que se voltam as costas. Desde o início da colonização os portugueses sonhavam reuni-los, sem nunca o terem conseguido.

Angola é a mais vasta das possessões portuguesas, com uma superfície aproximada de 1.246.700 km<sup>2</sup>, quase tanto como Portugal, Espanha e França reunidos. Sua população orça por 4.200.000 habitantes, composta de três elementos principais: o negro bantu, que forma a grande maioria, e representa a transição entre o negro e o hamita; o hotentote, em número reduzido, ao sul, em regiões mais secas, muito atrasado e pastor nômade; e o branco, em número também reduzido, na administração e atividades econômicas principais. Angola foi descoberta em 1846 pelo navegador português Diogo Cão.

Moçambique tem uma superfície de 771.125 km<sup>2</sup>, com uma população de perto de 5.800.000 habitantes, havendo uma predominância quase absoluta do negro bantu. Data de 1505 a ocupação portuguesa, com Pedro de Anaia, 1<sup>o</sup> Capitão da colônia. Anteriormente, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral já haviam estado na região, em suas viagens para a Índia.

A penetração pelo interior foi tentada por Lacerda em 1798, mas coube aos mestiços José Amaro e João Baptista realizar o sonho transcontinental dos portugueses em 1806. Eles precederam, pois, a David Livingstone, que, em 1853-56, transpôs o continente, de oeste para leste, de São Paulo de Luanda a Quilimene.

Estimulados pela viagem de Livingstone e apreensivos com a ambição dos ingleses instalados no Cabo, os portugueses retomaram a exploração da África Central. Com o apoio da Sociedade de Geografia, vencendo imensas dificuldades, Serpa Pinto atingiu o Zambeze e Durban, na costa do Índico, em 1878. Essa travessia solitária e espetacular, teve enorme repercussão na Europa, e os portugueses de Angola tiveram a impressão de que finalmente Lisboa iria se interessar por eles.

As viagens de outros exploradores constituíram outros tantos motivos para que os portugueses pretendessem estender sua soberania sobre a África Central, mas a Europa se interessou pelo problema antes que Portugal aí se visse instalado.

Um projeto de tratado anglo-português, em 1884, sobre a bacia do Congo, deu origem à Conferência de Berlim (1884-85), que reuniu os interessados na partilha da África. O futuro iria mostrar que essa iniciativa nenhum benefício traria para Portugal. Lisboa despertara tarde

demais. Cinquenta, ou mesmo dez anos antes, ter-lhe-ia sido fácil ocupar o imenso território entre Angola e Moçambique. Salisbury sustenta que Portugal não ocupara os territórios reclamados, contrariando o disposto na Conferência de Berlim. Em 1890 um acôrdo fixa as fronteiras de Moçambique, pondo t rmo ao sonho transafricano de Portugal. Serpa Pinto, um dos heróis da aventura portuguêsa, suicida-se quando constata que Angola jamais se unirá a Moçambique, permanecendo cercada.

\* \* \*

Com o advento do Estado N vo, instaurado por Salazar, ex-Ministro das Col nias, surge o Ato Colonial de 1930, que estabelece os princípios gerais da política de além-mar. A Carta prevê: administra o centralizada, interdi o do emprêgo de nativos por companhias particulares (escravidão disfarçada) e obriga o de pagamento ao trabalhador africano. Essa Carta se destinava a ser o elemento fundamental da nova política portuguêsa, estabelecendo uma liga o mais estreita entre a metrópole e as possessões de além-mar. Em 1951, o Ato foi incorporado   Constitui o portuguêsa, e as col nias passaram a ser denominadas províncias de além-mar, considerada mais conforme com os princípios de unidade e coopera o.

Angola e Moçambique são representados na Assembléia Nacional de Lisboa, mas o poder depende do Ministério de Além-Mar.

A suprema autoridade local   a do Governador-Geral, representante do Estado e responsável pela unidade política. Nomeado por quatro anos,   investido de consideráveis poderes, como acontece com os governadores inglêses e franceses. Em matéria de legisla o, o Governador   teoricamente orientado por um Conselho Legislativo, que discute e sugere medidas sôbre os problemas que lhe são apresentados pelo Ministro e pelo Governador. Esse Conselho constitui uma válvula de segurança contra os descontentamentos dos nativos, dando-lhes a impressão de participarem do gov rno. Em virtude de sua forma de elei o, pode-se dizer que nenhum dos membros do Conselho representa efetivamente os nove milhões de africanos das duas províncias.

Na prática, Portugal emprega a administra o direta, ignorando as elites locais, e impondo sua vontade em nome dos superiores interesses da soberania portuguêsa. Essa prática enfraqueceu consideravelmente a autoridade tribal, estando a máquina administrativa inteiramente em mãos de portugueses. A hierarquia assegura um contr le completo das popula es, o que permite ao gov rno português expressar a opinião de que suas províncias são as mais dóceis e confiantes de tôda a África.

\* \* \*

A onda de independência que sacode o continente africano, não obstante, já chegou às províncias portuguêsas. Segundo observadores inglêses, há entre os portugueses interessados na África três grupos: um

dêles é pelo estabelecimento de um regime mais liberal, em substituição ao atual, que possa possibilitar a futura independência das províncias, tal como aconteceu com o Brasil, amigavelmente, sem luta colonial. Outro grupo é o dos residentes na África, que aspiram à independência total de Angola e Moçambique ficando êles, os brancos, senhores da situação. Um terceiro grupo é constituído por negros africanos, lutando pela libertação das províncias sob a liderança dos líderes nativos. Esse movimento de resistência já conta com inúmeros adeptos, apoiados pelos líderes de outros países africanos já independentes.

Face a esta situação, o governo de Lisboa vem enfrentando dificuldades crescentes. No plano interno, sua posição ficou fortalecida com os acontecimentos do Congo, de Gana e da Guiné. Todos os portugueses, sem distinção de partido, se uniram contra a pressão dos próprios aliados de Portugal por uma modificação da situação das províncias africanas. Recentemente, essa posição ainda mais se fortaleceu com a perda de Goa, Damão e Diu:

Em discurso pronunciado em novembro último, Salazar admitiu a necessidade de ser a administração das províncias entregue mais e mais a organismos locais, resguardado o espírito de unidade, concluindo que o governo estava pronto a examinar tôdas as sugestões no sentido de modificar a estrutura administrativa, desde que não viessem afetar o interesse geral e a unidade nacional.

Até que ponto as perspectivas entreabertas pelo governo português virão de encontro aos desejos dos liberais da metrópole, ou dos colonos portugueses ou dos líderes dos movimentos nativistas? A conjuntura é especialmente difícil, e Portugal não pode esperar ajuda, quer dos Estados europeus, quer dos outros Estados africanos. Por sua situação histórica, um país — o Brasil — pode ajudar Portugal e conduzir a questão de modo a resguardar o amor-próprio das partes. Em que pese suas dificuldades internas atuais, o Brasil está voltando os olhos para os amplos mercados potenciais da África, e sua tradicional política externa de moderação e equilíbrio lhe assegura uma situação ímpar de autoridade e prestígio como mediador.

No dizer de muitos observadores, a administração portuguesa pecou menos por ação que por omissão. Considerando as províncias como parte integrante de Portugal, não preparou os africanos para a autonomia, mas não se pode dizer que tenha sido vil nem tirânica.

De qualquer modo, a questão está posta no plano internacional, e agora, com a perda dos enclaves indianos, é difícil esperar que o governo de Lisboa se sinta com autoridade interna suficiente para conduzir uma ação mais liberal, como parece ser a tendência desejada pelos demais países.

---

— Das lutas que nos esperam, no caminho da vida, as mais difíceis são as da consciência e do caráter.